



1. Conjuntura Econômica

Sumário:

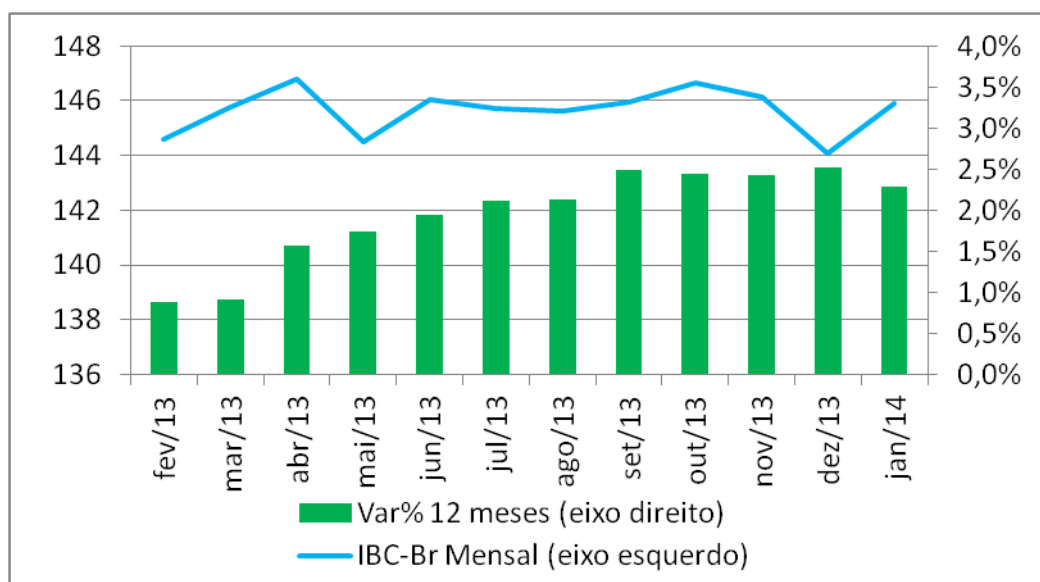
1. Conjuntura Econômica	1
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária	6
2.1 Receita Arrecadada da PMSP	6
2.2 Despesa Liquidada	9
3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP	14
4. Operações Urbanas Consorciadas e os Recursos de CEPACs	17
5. Estudos - CBO	26

1.1 Atividade Econômica - Brasil

A atividade econômica brasileira registrou, em janeiro/2014, um crescimento de 1,26% com relação a dezembro/2013, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br. Com o resultado a atividade recupera-se parcialmente da contração de 1,40% (valores revisados) observada em dezembro/2013. O Gráfico 1.1 ilustra a evolução

mensal do índice em 2013 e 2014. Nos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), o crescimento acumulado foi de 2,29% (Gráfico 1.1) em relação aos 12 meses anteriores (fev/12 a jan/13).

Gráfico 1.1 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses
(dados dessazonalizados)



Fonte: Banco Central do Brasil

O crescimento da produção industrial em janeiro foi determinante para a forte expansão da atividade econômica. No mês de janeiro, a produção da indústria nacional apresentou crescimento de 2,9% em relação a dezembro/13 (dados dessazonalizados), recuperando-se parcialmente da contração de 3,7% (dados revisados) observada no mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), o indicador de produção industrial cresceu 0,5% em relação aos 12 meses anteriores (fev/12 a jan/13).

A expansão de produção da indústria foi generalizada, alcançando 17 dos 27 ramos pesquisados. As principais influências positivas foram registradas pela indústria farmacêutica (29,4%), veículos automotores (8,7%) e máquinas e equipamentos (6,4%).

Com relação aos dados do mês de fevereiro/2014, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA aponta um crescimento de 18,7%, em relação a janeiro, da produção em unidades de autoveículos, e uma queda de 51,2% na produção de máquinas agrícolas automotrizes. No acumulado dos dois primeiros meses do ano, houve uma queda de 2,7% da produção em unidades de autoveículos e uma queda de 6,0% na

produção de máquinas agrícolas automotrizes em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista apresentou, em janeiro, crescimento real de 0,4% (dados dessazonalizados) em relação a dezembro/13, mês em que havia registrado contração de 0,3% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou alta real de 4,3% em comparação com o período anterior de 12 meses (fev/12 a jan/13).

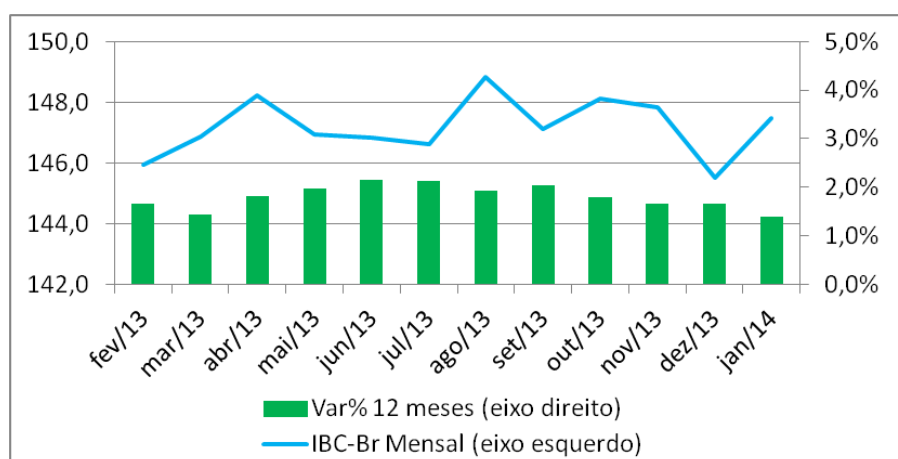
A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE mostrou que o setor de serviços nacional teve, em janeiro/14, um crescimento de 9,3% da sua receita nominal em relação a janeiro/13. Em dezembro/13, o crescimento nominal havia sido de 8,3% (dados revisados) em relação a dezembro/12. No acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), a receita nominal registrou crescimento de 8,5% em comparação com o período anterior de 12 meses (fev/12 a jan/13).

1.2 Atividade Econômica - São Paulo

A atividade econômica paulista registrou, em janeiro, crescimento de 1,3% em relação ao mês anterior, segundo a estimativa do PIB mensal do estado elaborada pela Fundação SEADE (Gráfico 1.3). Em dezembro/13, a estimativa do PIB estadual havia apontado

retração 1,6% (dados revisados) da atividade econômica paulista. O crescimento acumulado nos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14) foi de 1,4% em relação aos 12 meses anteriores (fev/12 a jan/13).

Gráfico 1.3 - PIB Est. São Paulo – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses
(dados dessazonalizados)



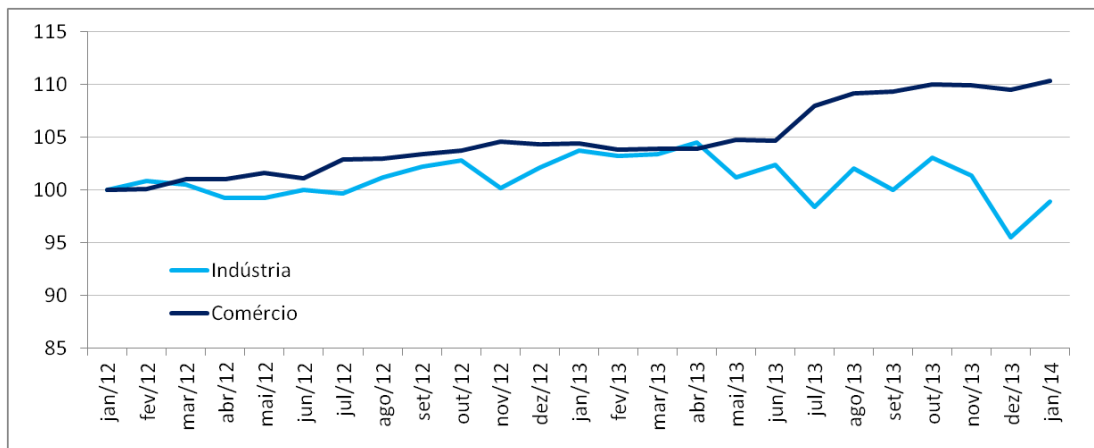
Fonte: Banco Central do Brasil

No mês, a produção da indústria paulista foi a principal responsável pelo crescimento da atividade econômica no estado, recuperando-se parcialmente da contração registrada em dezembro/13. Em janeiro/14, observou-se expansão de 3,5% na comparação com o mês de dezembro/13 (dados dessazonalizados). Esse resultado sucede a forte queda de 5,8% (dados revisados) observada em dezembro/13. Apesar da alta de janeiro, no acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), a produção apresenta queda de 0,1% em relação aos 12 meses anteriores (fev/12 a jan/13).

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou crescimento real de 0,8% em janeiro (dados dessazonalizados) em relação a dezembro, mês em que havia apresentado queda de 0,3% (dados revisados) em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), o volume de vendas do comércio varejista paulista registrou alta de 4,3% em comparação com os 12 meses anteriores (fev/12 a jan/13).

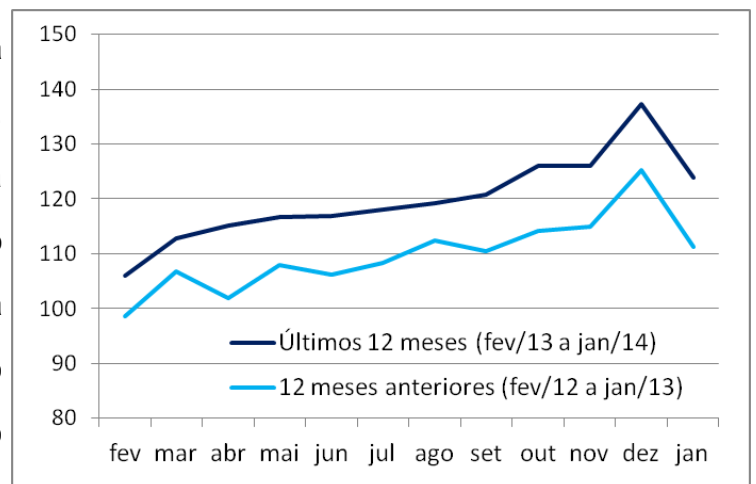
Gráfico 1.4 - Produção Industrial e Comércio Varejista no Estado de SP
Índice base/janeiro 2012 = 100



Fonte: Indústria - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física / IBGE
Comércio - Pesquisa Mensal do Comércio / IBGE

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o setor de serviços paulista mostrou, em janeiro/14, um crescimento de 11,2% da sua receita nominal em relação a janeiro/13. Em dezembro/13, o crescimento nominal havia sido de 9,7% em relação a dezembro/12. No acumulado dos últimos 12 meses (fev/13 a jan/14), a receita nominal registrou crescimento de 9,1% em comparação com o período anterior de 12 meses (fev/12 a jan/13).

Gráfico 1.5 - Índice de Receita Nominal do Setor de Serviços - Estado de SP



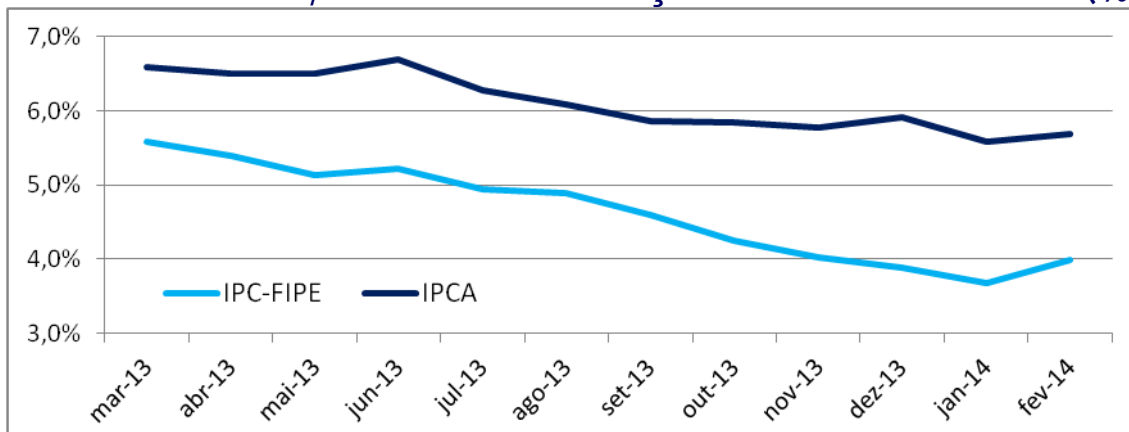
Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços / IBGE

1.3 Inflação e Política Monetária

Em fevereiro, o IPC-FIPE registrou inflação de 0,52% do nível de preços na cidade de São Paulo. No mês anterior, o índice havia registrado inflação de 0,94%. Apesar da redução no mês, no acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPC-FIPE interrompeu a trajetória de queda

iniciada em julho/13, atingindo 3,99% em fevereiro/14 (Gráfico 1.6).

A taxa de inflação de fevereiro registrada no país pelo IPCA/IBGE, índice de referência para o regime de metas de inflação, foi de 0,69%. Em janeiro, a taxa havia sido de 0,55%.

Gráfico 1.6 - IPCA/IBGE e IPC-FIPE - Variação Acumulada em 12 Meses (%)

Fontes: IPCA / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
IPC-FIPE / Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Dos nove grupos que compõem o IPCA, cinco apresentaram em fevereiro uma variação superior à apurada no mês anterior. O grupo “Educação” foi o principal responsável pelo aumento da inflação. Em janeiro havia apresentado variação de 0,57%, e, em fevereiro, passou para 5,97%, representando um impacto de 0,27% sobre o IPCA do mês.

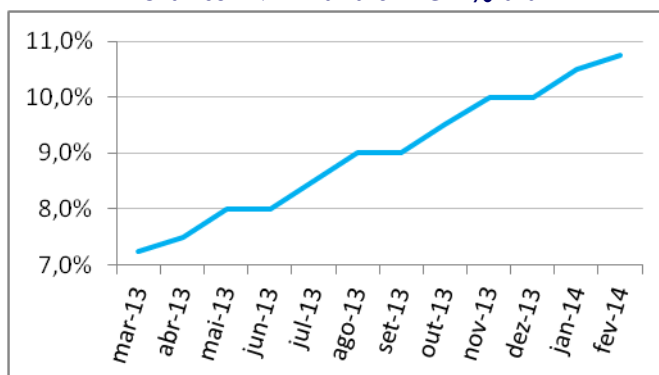
No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do IPCA subiu para 5,68% (Gráfico 1.6).

Para o mês de março, o IPCA-15, índice considerado uma prévia do IPCA, apresentou inflação de 0,73%. Com isso, nos últimos 12 meses, o índice acumula variação de 5,90%.

O regime monetário adotado pelo Banco Central estabelece uma meta anual para inflação (IPCA) de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2% para mais ou para menos.

Em resposta à persistência da taxa de inflação em níveis elevados, o Banco Central do Brasil iniciou em abril de 2013 um processo de progressivo aumento da taxa básica de juros, a Selic.

Na reunião de fevereiro, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, que fixa a taxa básica de juros, elevou a taxa Selic para 10,75% ao ano (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 - Taxa SELIC - % a.a

Fonte: Banco Central do Brasil

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Receita Arrecadada - PMSP

A receita arrecadada nos dois primeiros meses do exercício de 2014 pela administração direta (PMSP), descontadas as deduções da receita corrente, foi de R\$ 7,87 bilhões, o que representa um aumento nominal de 6,9% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013. Considerando que a infla-

ção acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA/IBGE, foi de 5,68%, a arrecadação apresentou um crescimento real de 1,2% (Tabela 2.1).

As receitas correntes (descontadas as deduções) apresentaram um crescimento de real de 2,5%.

Tabela 2.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 18/03/2014)

	Orçado 2014 (I)	Jan-Fev 2013 (II)	Jan-Fev 2014 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Orç. (III / I)
Rec. Correntes (A)	40.223.848.735	7.668.937.297	8.291.269.484	8,1%	2,3%	20,6%
IPTU	6.648.709.835	1.855.405.486	1.932.953.011	4,2%	-1,4%	29,1%
ITBI	1.480.773.443	177.503.909	202.012.331	13,8%	7,7%	13,6%
ISS	10.774.689.288	1.701.309.467	1.860.786.645	9,4%	3,5%	17,3%
ICMS	7.114.850.097	1.043.549.126	1.052.293.598	0,8%	-4,6%	14,8%
IPVA	2.063.130.914	1.199.491.040	1.277.063.657	6,5%	0,7%	61,9%
IR	1.333.909.288	174.019.680	193.977.176	11,5%	5,5%	14,5%
FUNDEB	3.423.942.664	577.034.368	638.458.714	10,6%	4,7%	18,6%
SUS	1.986.647.210	219.905.806	306.217.164	39,2%	31,8%	15,4%
FPM	218.455.555	42.211.504	49.158.239	16,5%	10,2%	22,5%
Multas de Trânsito	1.190.500.000	150.888.889	155.868.766	3,3%	-2,3%	13,1%
Demais Rec. Correntes	3.560.189.262	448.507.644	537.175.351	19,8%	13,3%	15,1%
(-) Deduções da Rec. Correntes	-1.959.341.873	-472.492.572	-496.150.435	5,0%	-0,6%	25,3%
Rec. Correntes menos Deduções	38.264.506.862	7.196.444.725	7.795.119.050	8,3%	2,5%	20,4%
Rec. Capital (B)	9.127.490.477	166.718.438	78.985.080	-52,6%	-55,2%	0,9%
Total PMSP (C=A+B)	47.391.997.339	7.363.163.163	7.874.104.130	6,9%	1,2%	16,6%
Adm. Indireta (D)	3.177.328.248	366.368.837	411.375.282	12,3%	6,2%	11,5%
Consolidado (C+D)	50.569.325.587	7.729.531.999	8.285.479.411	7,2%	1,4%	16,4%

Somando-se a administração indireta, a arrecadação consolidada foi de R\$ 8,29 bilhões, um crescimento nominal de 7,2% frente ao mesmo período de 2013.

A receita arrecadada nos dois primeiros meses do ano correspondeu a 16,4% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 20,4,3% do orçado ,

as receitas de capital da PMSP alcançam 0,9% do valor orçado.

Considerando apenas o mês de fevereiro, a arrecadação da administração direta

(PMSP) foi de R\$ 4,28 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 7,1% em relação a fevereiro de 2013 (Tabela 2.2). Em termos reais, o crescimento foi de 1,6%.

As receitas correntes (menos deduções) apresentaram um expansão nominal de 7,4%,

e as despesas de capital, queda nominal de 14,9%.

A receita consolidada (adm. direta e indireta) somou R\$ 4,49 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 7,4% na comparação com fevereiro/2013.

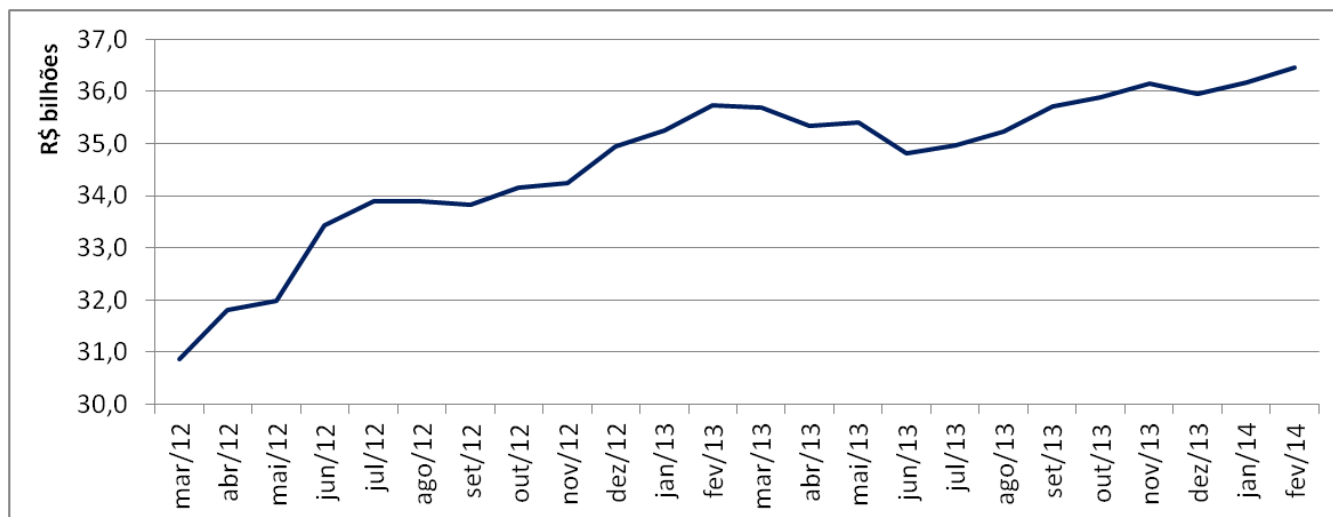
Tabela 2.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência da PMSP - posição em 18/03/2014)

	Feb 2013 (I)	Feb 2014 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var. Real%
Rec. Correntes (A)	4.123.500.326	4.435.634.245	7,6%	1,8%
IPTU	1.689.803.273	1.733.246.143	2,6%	-2,9%
ITBI	98.108.393	103.075.635	5,1%	-0,6%
ISS	734.516.843	797.257.254	8,5%	2,7%
ICMS	483.607.774	541.686.464	12,0%	6,0%
IPVA	373.986.994	380.964.267	1,9%	-3,6%
IR	83.744.714	94.614.157	13,0%	6,9%
FUNDEB	253.726.196	275.711.337	8,7%	2,8%
SUS	90.281.482	125.499.235	39,0%	31,5%
FPM	24.167.954	25.385.649	5,0%	-0,6%
Multas de Trânsito	59.142.304	65.440.609	10,6%	4,7%
Demais Rec. Correntes	199.009.768	249.822.567	25,5%	18,8%
(-) Deduções da Rec. Correntes	-180.314.981	-198.713.786	10,2%	4,3%
Rec. Correntes menos Deduções	3.943.185.346	4.236.920.460	7,4%	1,7%
Rec. Capital (B)	54.259.566	46.179.884	-14,9%	-19,5%
Total PMSP (C=A+B)	3.997.444.911	4.283.100.344	7,1%	1,4%
Adm. Indireta (D)	179.743.692	203.160.274	13,0%	7,0%
Consolidado (C+D)	4.177.188.603	4.486.260.618	7,4%	1,6%

O Gráfico 2.2 apresenta a evolução mês a mês da receita arrecadada, no acumulado dos últimos 12 meses, pela administração direta - PMSP.

Gráfico 2.2 - Receita Acumulada 12 Meses - PMSP - Valores Nominais em R\$ bilhões



Fonte: SOF

2.2. Despesa Liquidada

A despesa liquidada no ano pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões até o mês de fevereiro, representando um aumento nominal de 12,2% frente ao mesmo período do exercício anterior.

No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou aproximadamente R\$ 5 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 15,8% em relação ao primeiro bimestre de 2013 (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Comparativo da Despesa Liquidada

(Fonte: SOF, posição 13/03/2014)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real%
	2013	2014	Jan-Fev/2013	Jan-Fev/2014		
Despesas Correntes (I)	25.712.630.990	28.666.789.270	3.046.995.726	3.470.036.202	13,9%	7,8%
Pessoal e Encargos Sociais	9.111.158.732	10.070.082.171	1.317.331.275	1.417.236.373	7,6%	1,8%
Juros e Encargos da Dívida	2.988.093.998	3.079.912.801	448.396.992	455.506.240	1,6%	-3,9%
Outras Despesas Correntes	13.613.378.260	15.516.794.298	1.281.267.460	1.597.293.589	24,7%	18,0%
Despesas de Capital (II)	7.863.115.477	12.288.381.209	377.601.861	372.276.201	-1,4%	-6,7%
Investimentos	6.177.894.179	10.356.200.439	163.594.154	144.056.398	-11,9%	-16,7%
Inversões Financeiras	460.240.000	366.614.000	950.000	0	-100,0%	-100,0%
Amortização da Dívida	1.224.981.298	1.565.566.770	213.057.707	228.219.802	7,1%	1,4%
Reserva de Contingência (III)	1.000.000	1.000	0	0		
Total PMSP (A = I + II + III)	33.576.746.467	40.955.171.479	3.424.597.587	3.842.312.403	12,2%	6,2%
CMSP + TCMSP (B)	841.077.355	793.610.000	74.847.956	93.030.860	24,3%	17,6%
Adm. Indireta (C)	7.623.964.211	8.820.544.108	828.968.377	1.079.076.981	30,2%	23,2%
Consolidado (A+B+C)	42.041.788.033	50.569.325.587	4.328.413.920	5.014.420.244	15,8%	9,6%

Em cumprimento aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar 101/00, foi publicado o Relatório de Gestão Fiscal (dados Consolidados) referente ao 3º quadrimestre de 2013, que abrange o período de janeiro a dezembro de 2013, com as principais informações a seguir:

Tabela 2.4 - Relatório de Gestão Fiscal - Consolidado - 3º quadrimestre de 2013

	Valor (R\$)	% sobre a RCL	Limite máximo
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa com Pessoal - Poder Executivo	12.154.783.801	35,33%	54%
Despesa com Pessoal - Poder Legislativo	479.492.902	1,39%	6%
Despesa Total com Pessoal	12.634.276.703	36,72%	60%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Dívida Consolidada Líquida	67.247.003.063	195,48%	134,60%
GARANTIAS DE VALORES			
Total de Garantias Concedidas	48.684.409	0,14%	22%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Operações de crédito internas e externas	-	-	16%
Op. créd. antecip. da receita orçamentária	-	-	7%

* limite do exercício de 2013 para se enquadrar a trajetória de ajuste do limite da dívida.
- Valores preliminares.

Em 2013, a despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de R\$ 12,2 bilhões e do Poder Legislativo, R\$ 479,5 milhões, representando, respectivamente, 35,33% e 1,39% da receita corrente líquida (RCL), encontrando-se, assim, dentro do limite de gastos com pessoal de 60% da RCL (54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo) estabelecido nos artigos 18 a 20 da Lei Complementar 101, de 2000.

A dívida consolidada líquida (DCL) totalizou R\$ 67,2 bilhões. A relação entre DCL e RCL foi de 1,9548, quando deveria ter sido reduzida a 1,3460, no exercício de 2013, para se adequar a trajetória de ajuste do limite da dívida estabelecido no artigo 3º da Resolução nº 40/01 do Senado Federal, o que impede o município, enquanto perdurar a irregularidade, de contratar operações de crédito, excetuadas aquelas que estejam previstas no contrato de refinanciamento da dívida com a União. O total das garantias concedidas em 2013 foi próximo de R\$ 48,7 milhões, o que representou 0,14% da RCL, abaixo do limite de 22% da RCL previsto no art. 9º da Resolução nº 43/01 do Senado Federal. Em 2013, não foram realizadas operações de crédito.

As Tabelas 2.3 e 2.4 contêm as despesas liquidadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 e 2014 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.3 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF, posição 13/03/2014)

Cod.	Órgão	Jan-Fev/2013	Jan-Fev/2014	Var.%
11	Secretaria do Governo Municipal	44.330.195	40.474.822	-8,7%
12	Secretaria Mun. de Coordenação das Subprefeituras	28.067.224	27.504.628	-2,0%
13	Secretaria Municipal de Planejamento	15.444.128	17.217.024	11,5%
14	Secretaria Municipal da Habitação	25.540.209	21.279.014	-16,7%
16	Secretaria Municipal de Educação	916.757.080	946.763.408	3,3%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	32.585.383	33.374.917	2,4%
18	Secretaria Municipal da Saúde	2.580.744		
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	13.125.800	13.196.047	0,5%
20	Secretaria Municipal de Transportes	256.241.483	264.879.814	3,4%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	22.779.720	22.075.255	-3,1%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	23.248.749	41.862.134	80,1%
23	Secretaria Municipal de Serviços	3.063.750	3.491.213	14,0%
24	Secretaria Mun. de Assist. e Desenvolvimento Social	30.752.510	17.519.881	-43,0%
25	Secretaria Municipal de Cultura	22.031.787	19.180.898	-12,9%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	11.165.242	13.716.174	22,8%
28	Encargos Gerais do Município	1.043.419.770	1.136.370.888	8,9%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	4.173.649	3.390.820	-18,8%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	431.352	545.194	26,4%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo ⁽¹⁾	303.450	1.470.838	384,7%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	2.347.887	3.099.483	32,0%
36	Secretaria Mun. da Pessoa c/ Deficiência e Mob. Reduzida	659.839	831.209	26,0%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	2.481.568	2.709.965	9,2%

Cod.	Órgão	Jan-Fev/2013	Jan-Fev/2014	Var.%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	40.589.776	42.966.197	5,9%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial ⁽¹⁾		518.091	
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais ⁽¹⁾		349.222	
41	Subprefeitura Perus	1.832.838	2.221.863	21,2%
42	Subprefeitura Pirituba	2.549.411	3.397.151	33,3%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	1.994.336	2.366.420	18,7%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	1.422.643	1.665.724	17,1%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	2.021.906	2.680.033	32,5%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	1.920.733	2.435.552	26,8%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	2.493.232	2.932.181	17,6%
48	Subprefeitura Lapa	2.065.844	2.422.050	17,2%
49	Subprefeitura Sé	4.057.438	5.504.951	35,7%
50	Subprefeitura Butantã	3.273.368	3.956.200	20,9%
51	Subprefeitura Pinheiros	3.105.735	3.779.785	21,7%
52	Subprefeitura Vila Mariana	2.919.268	2.742.979	-6,0%
53	Subprefeitura Ipiranga	3.219.096	3.393.757	5,4%
54	Subprefeitura Santo Amaro	2.954.796	2.388.829	-19,2%
55	Subprefeitura Jabaquara	2.075.767	1.994.860	-3,9%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	2.174.500	1.768.856	-18,7%
57	Subprefeitura Campo Limpo	3.200.577	3.925.898	22,7%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	1.715.313	3.484.002	103,1%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	1.994.517	2.541.475	27,4%
60	Subprefeitura Parelheiros	1.609.277	1.472.953	-8,5%
61	Subprefeitura Penha	2.474.644	3.438.938	39,0%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	2.065.576	2.302.677	11,5%
63	Subprefeitura São Miguel	3.310.007	3.702.394	11,9%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	2.157.144	2.817.627	30,6%
65	Subprefeitura Mooca	2.999.828	3.888.313	29,6%

Cod.	Órgão	Jan-Fev/2013	Jan-Fev/2014	Var.%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	2.461.622	3.144.712	27,7%
67	Subprefeitura Itaquera	3.317.720	2.733.910	-17,6%
68	Subprefeitura Guaianases	2.598.221	3.981.441	53,2%
69	Subprefeitura Vila Prudente ⁽¹⁾	2.615.429	2.577.466	-1,5%
70	Subprefeitura São Mateus	3.403.719	3.030.462	-11,0%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	1.280.863	2.027.466	58,3%
72	Subprefeitura de Sapopemba ⁽¹⁾		436.351	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento ⁽¹⁾		6.974.077	
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres ⁽¹⁾		790.942	
84	Fundo Municipal de Saúde	651.210.459	872.312.097	34,0%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	0	0	
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	57.645.176	67.877.794	17,8%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	0	0	
90	Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.221.727	3.536.699	189,5%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	84.647.744	100.880.858	19,2%
94	Fundo Esp. do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	58.584	1.593.904	2620,7%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	359.823	0	-100,0%
96	Fundo Municipal de Turismo	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Amb. Paulistano	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	0	0	
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	10.047.413	22.401.616	123,0%
Total PMSP		3.424.597.587	3.842.312.403	12,2%

Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta

(Fonte: SOF, posição 13/03/2014)

Cod.	Órgão	Jan-Fev/2013	Jan-Fev2014	Var.%
01	Autarquia Hospitalar Municipal	89.773.260	111.227.410	23,9%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	19.098.378	23.348.656	22,3%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	619.701.166	751.624.257	21,3%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	10.883.445	14.451.719	32,8%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	425.891	390.444	-8,3%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic. De Limpeza Urbana	76.215.957	152.892.613	100,6%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	8.547.671	6.783.154	-20,6%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	59.859	18.193.412	30293,6%
91	Fundo Municipal de Habitação	4.262.750	165.315	-96,1%
Total Adm. Indireta		828.968.377	1.079.076.981	30,2%

⁽¹⁾ Os seguintes órgãos foram criados pela Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013: Secretarias Municipais de Promoção da Igualdade Racial - SMPIR, de Relações Governamentais - SMRG, de Licenciamento - SEL, de Políticas para as Mulheres - SMPM, Controladoria Geral do Município - CGM e Subprefeitura de Sapopemba - SP-SB. O distrito de Sapopemba até 2013 fazia parte da Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba.

3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

Conforme o art. 29-A da Constituição Federal - CF, o total de despesas do Legislativo Municipal não poderá ultrapassar, no caso de São Paulo, município com população acima de 8 milhões de habitantes, 3,5% da base de receita, relativa ao ano anterior, composta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Carta

Magna. Até 2009, o limite de despesas era de 5% da mesma base de receitas.

As despesas liquidadas em 2014 acumuladas até o mês de fevereiro da CMSP e do TCMSP totalizaram, respectivamente, R\$ 65,4 milhões e R\$ 27,6 milhões, sendo esses valores provisórios, sujeitos a alterações posteriores.

Tabela 3.1 - Despesa Liquidada CMSP e TCMSP – em R\$

Órgão	Jan-Fev 2014
CMSP	65.419.649
TCMSP	27.611.210
CMSP + TCMSP	93.030.860

Fonte: www.camara.sp.gov.br; www.tcm.sp.gov.br

O Gráfico 3.1 ilustra a evolução anual do percentual de despesas da CMSP e do TCMSP em relação à base de receitas do art. 29-A da CF.

As despesas liquidadas (adotando o regime de competência) da CMSP estão divididas em três grupos: pessoal (despesas liquidadas, excluindo inativos), grandes despesas e outras despesas (ambas despesas

liquidadas com ajuste pelo valor de empenho anual).

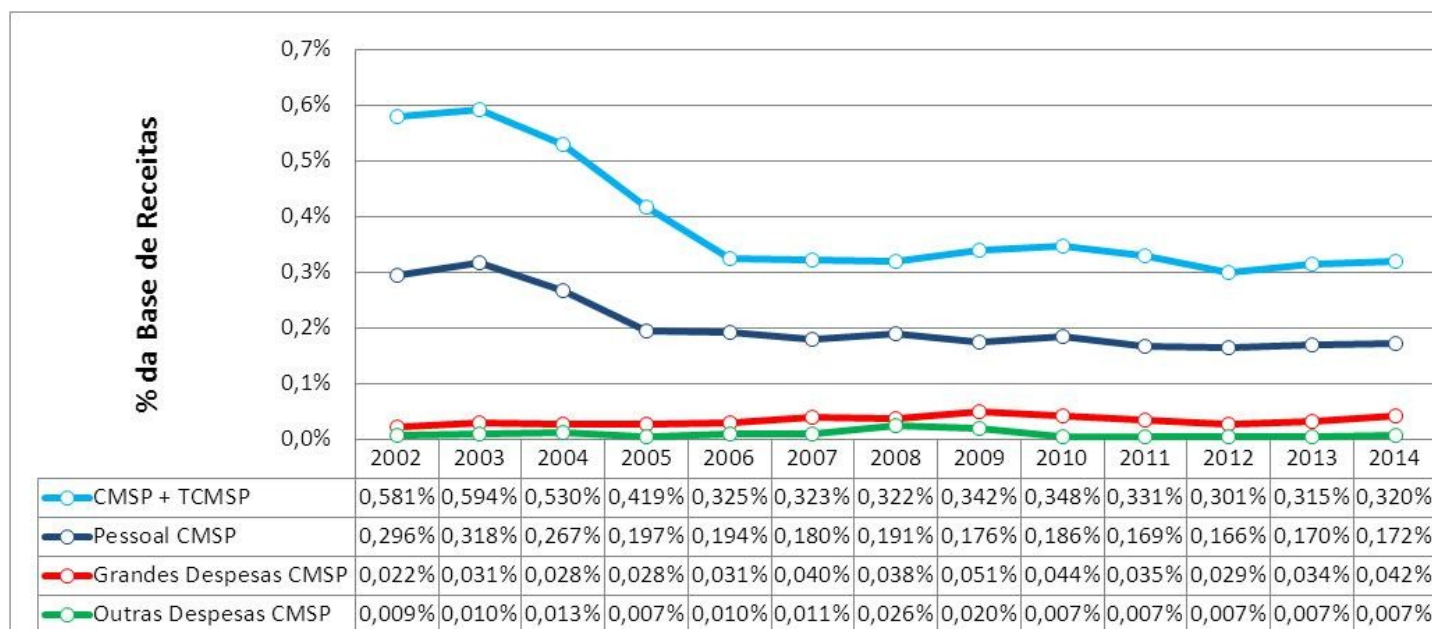
Com base em série histórica com início em 2002, foram definidos como “Grandes Despesas CMSP” os itens de gastos que correspondem a cerca de 80% das despesas da Câmara, excetuando pessoal, quais sejam: programas televisivos, vale-refeição, estagiários, correio, limpeza, Eletropaulo,

publicidade, Prodam, sistema de RH, conservação predial, vale-transporte, telefonia, locação de veículos, combustível e verba de gabinete (elemento de despesa Indenizações e Restituições).

A despesa liquidada no ano pelo Poder Legislativo (CMSP + TCMSP) até o mês de

fevereiro representou 0,32% da base de receitas, semelhante ao padrão histórico de execuções anteriores, como pode ser observado no gráfico a seguir. Ressalte-se, ademais, que este estudo realiza ajuste mensal a fim de tornar o valor liquidado anual o mais próximo do valor empenhado anual.

Gráfico 3.1 - Evolução da Despesa da CMSP e do TCMSP - Fevereiro em % da Base de Receitas do art. 29A, CF



Fonte: GIAP e CETIL para dados da CMSP - despesas liquidadas por competência - dados prévios

NovoSEO e relatório de execução orçamentária (disponível em www.tcm.sp.gov.br) para dados do TCMSP

4. Operações Urbanas Consorciadas e os Recursos de CEPACs

As Operações Urbanas Consorciadas são um instrumento de planejamento urbano previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O Estatuto define as operações urbanas como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. O município define, por lei, um perímetro urbano que será objeto das intervenções para o qual é estabelecido o programa de obras. A região dentro do perímetro de cada Operação Urbana é contemplada com maior flexibilidade quanto aos limites de construção estabelecidos pela Lei de Zoneamento, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira.

Em qualquer região da cidade, o município pode outorgar onerosamente, conforme autorizado pelo Estatuto da Cidade, um direito de construir área (em m²) acima dos limites básicos (coeficiente de aproveitamento básico) estabelecidos na legislação municipal. Assim, o interessado adquire, mediante pagamento (outorga onerosa), o direito de aumentar a área de construção até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, de acordo com regras estabelecidas em legislação específica. Os recursos da outorga onerosa são direcionados para o Fundo Municipal de Urbanização – FUNDURB – e utilizado na implantação de melhorias na cidade como um todo.

Para os imóveis contidos no perímetro de uma Operação Urbana Consorciada, essa outorga onerosa do direito adicional de construção somente pode ser obtida através da compra de títulos chamados Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC. Os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura, sendo que cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Os recursos obtidos pelo Município com a venda de CEPACs devem obrigatoriamente ser utilizados para financiar as intervenções previstas na mesma Operação Urbana Consorciada.

Desta forma, a Prefeitura define um estoque de potencial construtivo adicional na região da operação, e emite antecipadamente no mercado financeiro os CEPACs equivalentes ao valor desse estoque. Uma vantagem desse sistema para a Prefeitura é a antecipação da receita, que ocorre no momento da venda dos CEPACs, e não no momento da efetiva conversão deste em potencial construtivo adicional, que poderá se dar futuramente, conforme o interesse do comprador.

As emissões de CEPACs pela Prefeitura podem ser objeto de colocações privadas ou públicas. Nas colocações públicas, a venda de CEPACs são realizadas por meio de leilão em bolsa de valores. Nas colocações privadas, a Prefeitura emite os CEPACs para o pagamento das obras e das desapropriações previstas nas intervenções da Operação Urbana Consorciada.

Atualmente, no município de São Paulo duas Operações Urbanas emitiram CEPACs: Operação Urbana Consorciada Faria Lima e a Operação Urbana Consorciada Água Espreada. A Operação Urbana Centro (Lei 12.349/1997) foi aprovada antes do Estatuto da Cidades e, portanto, não previa o instrumento do CEPAC. A Operação Urbana Água Branca, também, foi originalmente aprovada antes do Estatuto da Cidade, pela Lei 11.774/1995, mas, ano passado, com a 15.893/2013 foi revisada, tendo sido adequada à legislação federal (Estatuto da Cidade) e municipal (Plano Diretor Estratégico).

Operação Urbana Consorciada Faria Lima

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima (Lei 11.732/1995) compreende 650 hectares e está situada na região sudoeste do município de São Paulo. Até o momento, no âmbito desta operação urbana, foram leiloados 520.107 CEPACs no valor total de R\$ 1,05 bilhão, e houve a colocação privada de 117.452 CEPACs no valor de R\$ 140,97 milhões, somando 637.559 títulos emitidos no valor total de R\$ 1,19 bilhão (Tabela 4.1).

Do total de CEPACs emitidos, 566.273 foram convertidos em potencial construtivo adicional e os restantes 71.286 permanecem de circulação.

**Tabela 4.1 - Operação Urbana Faria Lima
CEPACs - Resumo Geral - posição em 19/02/2014**

	CEPACs	R\$
Leilado	520.107	1.047.908.464
Colocações Privadas	117.452	140.971.609
CEPAC - Total Emitido	637.559	1.188.880.073
Convertidos	566.273	
Em Circulação	71.286	
CEPAC - Total	650.000	
CEPAC - Saldo	12.441	

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ouc_faria_lima_estoque_geral_19_02_2014.pdf

Conforme a Tabela 4.2 informa, o valor total das receitas da Operação Urbana Faria Lima, até 31/01/2014, foi de R\$ 1,98 bilhão, sendo que R\$ 1,46 bilhão já foram gastos, restando um saldo de R\$ 512 milhões.

**Tabela 4.2 - Operação Urbana Faria Lima
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	R\$
Entradas (A)	1.977.832.298
Outorga Onerosa	465.321.921
Leilão de CEPAC	1.047.908.464
CEPAC - Colocação Privada	140.971.609
Outras Entradas	4.039.838
Receita Financeira Líquida	319.590.466
Saídas (B)	-1.465.362.531
Obras e Serviços	-861.871.027
Habitação de Interesse Social-Real Parque	-200.635.483
Taxa de Administração	-85.013.497
Outras Despesas	-5.721.462
Desapropriações	-183.810.255
Desapropriação - HIS Real Parque	-7.810.807
Transporte Coletivo - Metrô	-120.500.000
Saldo (= A - B)	512.469.768

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_farialima_financeirojan14_publicacao.pdf

Entre as principais intervenções que receberam recursos da operação urbana, estão: construção dos túneis Jornalista Fernando Vieira de Mello e Max Feffer; prolongamento da Avenida Hélio Pellegrino e implantação de avenida duplicada no eixo formado pela Rua Funchal e Rua Haroldo Veloso; reconversão urbana do Largo da Batata/Terminal Capri. Para a Habitação de Interesse Social, foram destinados R\$ 200,6 milhões para a urbanização da Favela Real Parque. No transporte coletivo, foram destinados R\$ 120,5 milhões para a implantação da linha 4 - Amarela do Metro.

Operação Urbana Consorciada Água Espreada

A Operação Urbana Consorciada Água Espreada (Lei nº 13.260/2001 e Lei 15.416/2011) foi aprovada já na vigência do Estatuto da Cidade, portanto podendo desde o início utilizar os dispositivos da lei federal, entre eles a emissão de CEPACs. Até o momento, no âmbito desta operação urbana, foram auferidos R\$ 2,89 bilhões com leilões de CEPACs, além de R\$ 55,0 milhões com colocações privadas de CEPACs (Tabela 4.3).

Do total de 3.390.999 CEPACs emitidos, 2.939.045 foram convertidos em potencial construtivo adicional e o restante (451.954) permanece de circulação.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana Água Espreada
CEPACs - Resumo Geral - posição em 19/02/2014**

	CEPACs	R\$
Leiloado	3.254.899	2.891.275.029
Colocações Privadas	136.100	55.030.820
CEPAC - Total Emitido	3.390.999	2.946.305.849
Convertidos	2.939.045	
Em Circulação	451.954	
CEPAC - Total	3.750.000	
CEPAC - Saldo	359.001	

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/ouae/ouc_agua_espraiada_estoque_geral_19_02_2014.pdf

Até 31/01/2014 o total de receitas da Operação Urbana Água Espreada foi de R\$ 3,46 bilhões, sendo que R\$ 1,36 bilhão já foram gastos, restando um saldo de R\$ 2,01 bilhões.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana
Água Espreada
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	(R\$)
Entradas (A)	3.456.050.020
Leilão de CEPAC	2.891.275.029
CEPAC - Colocação Privada	55.030.820
Receita Financeira Líquida	509.744.172
Saídas (B)	-1.364.417.398
Obras e Serviços	-491.152.328
Habitação de Interesse Social	-150.264.211
Taxa de Administração	-89.136.495
Outras Despesas	-21.391.471
Desapropriação	-285.756.572
Desapropriação - HIS	-163.745.049
Transporte Coletivo - Metrô	-162.971.272
Saldo (= A - B)	2.091.632.622

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_aguaespraiada_financeirojan14_publicacao.pdf

Entre as principais intervenções que receberam recursos da operação urbana, estão: construção da Ponte Otávio Frias Filho (Ponte Estaiada); projetos e obras relativos às vias locais do Brooklin, prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia dos Imigrantes (Túnel e Via Parque - vias de acesso local aos bairros da região e um grande parque linear com aproximadamente 612 mil m²); Parque Chuvisco e prolongamento da Avenida Chucri Zaidan. Em relação à Habitação de Interesse Social, foram destinados R\$ 150,26 milhões à população moradora do Jd. Edith e demais assentamentos irregulares ao longo do Córrego Água Espreada. Para o transporte coletivo, foram destinados R\$ 162,97 milhões implantação da Linha 17 - Ouro do Metrô.

Operação Urbana Consorciada Água Branca

A Operação Urbana Água Branca foi originalmente aprovada pela Lei 11.774/1995. Recentemente, a operação urbana passou por uma revisão, através da Lei 15.893/2013, que a adequou ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor Estratégico, bem como alterou o seu plano urbanístico. A Lei 15.893/2013 autorizou o município a emitir CEPACs, no âmbito da Operação Urbana Água Branca, o que, até o momento, não ocorreu. Toda a receita da operação urbana provém de outorga onerosa, no valor de R\$ 543,2 milhões, e de receitas financeiras, no valor de R\$ 84,2 milhões, alcançando um total de R\$ 627,4 milhões. Conforme mostra a Tabela 4.4, foram despendidos R\$ 60,9 milhões com os recursos dessa operação urbana.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana
Água Branca
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	(R\$)
Entradas (A)	627.367.071
Outorga Onerosa	543.196.247
Receita Financeira Líquida	84.170.825
Saídas (B)	-60.859.811
Obras e Serviços	-25.903.775
Taxa de Administração	-30.089.009
Outras Despesas	-210.321
Saldo (= A - B)	566.507.261

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_aguabranca_financeirojan14_publicacao.pdf

Operação Urbana Centro

A Operação Urbana Centro foi instituída pela Lei 12.349/1997 visando a requalificação urbana e a criação de estímulos e benefícios para atrair os investidores na construção de habitações, hotéis e de edifícios destinados à cultura, à educação e ao lazer.

Sem pretender priorizar a arrecadação de recursos financeiros, a Operação Urbana Centro arrecadou, até 31/01/2014, R\$ 44,3 milhões. As outorgas onerosas respondem por R\$ 29,1 milhões e as receitas financeiras, por R\$ 15,2 milhões. Dos recursos que ingressaram, R\$ 8,3 milhões foram consumidos, restando um saldo de R\$ 36,0 milhões (Tabela 4.4)

Tabela 4.4 - Operação Urbana Centro
Movimentação Financeira até 31/01/2014

	(R\$)
Entradas (A)	44.261.851
Outorga Onerosa	29.095.143
Receita Financeira Líquida	15.166.708
Saídas (B)	-8.282.464
Obras e Serviços	-3.064.792
Taxa de Administração	-1.061.972
Desapropriação	-4.017.193
Outras Despesas	-210.321
Saldo (= A - B)	35.979.387

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_centro_financeirojan14_publicacao.pdf

Orçamento 2014

No conjunto das operações urbanas, a Lei Orçamentária para o ano 2014 prevê a arrecadação de receita com a alienação de CEPACs, no valor de R\$ 1,17 bilhão, sendo a maior parte referente a Operação Urbana Água Espreada, na qual se estima o ingresso de R\$ 920,5 milhões (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 - Lei Orçamentária 2014 - Receitas

	(R\$)
Receita de Alienação de CEPAC	1.173.478.564
Operação Urbana Água Espraiada	920.478.564
Operação Urbana Consorciada Água Branca	200.000.000
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
Operação Urbana Centro	3.000.000

Fonte: Lei Orçamentária 2014 (Lei 15.950/2013)

As receitas de cada operação urbana está vinculada às intervenções e obras realizadas no âmbito da própria operação. A Tabela 4.6 detalha as dotações orçamentárias para qual estão destinados os recursos da respectiva operação urbana, conforme consta na Lei Orçamentária 2014. Na tabela, o valor não representa o total da obra, mas o quanto está previsto de ser executado ao longo do exercício de 2014.

Tabela 4.6 - Despesas - Lei Orçamentária 2014

	(R\$)
Operação Urbana Água Espraiada	920.478.564
3387 - Operação Urbana Água Espraiada	560.478.564
3742 - Participação no sistema de transporte sobre trilhos	200.000.000
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	160.000.000
Operação Urbana Água Branca	200.000.000
1032 - Construção da Fábrica do Samba	82.176.265
5013 - Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	62.920.000
5193 - Operação Urbana Água Branca	44.903.735
1682 - E5128 - E3068 - Elaboração de Projetos da Operação Urbana Água Branca	10.000.000
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
5184 - Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
Operação Urbana Centro	3.000.000
5194 - Operação Urbana Centro	3.000.000
Total	1.173.478.564

Fonte: Lei Orçamentária 2014 - Demonstrativo de Operações Urbanas - Fonte 08 - DOC 08/03/2014, pág. 35

Com relação a Operação Urbana Água Espreada, o orçamento 2014 apresenta um detalhamento das obras incluídas na ação '3387 - Operação Urbana Água Espreada', com previsão de despesas no valor de R\$ 560,5 milhões. A Tabela 4.7 apresenta as intervenções listadas na Lei Orçamentária e os valores de execução previstos para o ano de 2014.

**Tabela 4.7 - Ação 3387 - Operação Urbana Água Espreada
Orçamento 2014**

	(R\$)
3387 - Operação Urbana Água Espreada	560.478.564
Operação Urbana Consorciada Água Espreada	308.478.564
Prolongamento da Av. Chucri Zaidan até interligação com Av. João Dias incluindo Túnel	85.000.000
Pontes sobre o Rio Pinheiros (Ponte Laguna)	50.000.000
Desenvolvimento Urbano - Operação Urbana Água Espreada	40.000.000
Viadutos Dr. Lino de Moraes Leme, Franklin Magalhães, George Corbisier, Viaduto Pedro Bueno e Mário Campos	30.000.000
Implantação de Parque Linear e Via Parque	20.000.000
Canalização do Córrego Água Espreada e do Pinheirinho	15.000.000
Implantação do Parque do Chuvisco	12.000.000

Fonte: Lei Orçamentária 2014 - Quadro de Detalhamento das Ações - DOC 08/03/2014, pág. 196

5. Estudos CBO

Em 28 de fevereiro, o Departamento de Orçamento do Congresso Americano (CBO, na sigla em inglês) publicou relatório (acesso em < <http://www.cbo.gov/sites/default/files/cbofiles/attachments/45150-PotentialOutput-OneColumn.pdf>>) em que examina a mudança nas projeções do CBO do produto potencial para até o ano 2017, comparando a projeção publicada em janeiro de 2007 com a mais recente divulgada no mês passado (publicação comentada no Boletim Paulistano CTEO nº 44). Da projeção de 2007 para a mais recente, a estimativa para o produto potencial em 2017 declinou 7,3%.

O CBO também divulgou seu boletim mensal denominado “Monthly Budget Review” para o mês de fevereiro de 2014 (acesso em < <http://www.cbo.gov/sites/default/files/cbofiles/attachments/45174-MBR.pdf>>).

Ressalte-se que o ano fiscal do governo federal americano começa em 1º de outubro e termina em 30 de setembro do ano seguinte.

O quadro a seguir sintetiza a execução:

Totais do Orçamento – Outubro/2013 a Fevereiro/2014 (em bilhões de dólares)

	Ano Fiscal 2013 Realizado	Ano Fiscal 2014 Preliminar	Varição Estimada
Receitas	1.011	1.104	94
Despesas	1.505	1.483	-21
Déficit (-)	-494	-379	115

Fonte: Monthly Budget Review for February 2014

No lado da receita, os maiores aumentos foram relativos a:

- imposto de renda pessoa física e previdência, que juntos aumentaram US\$ 69 bilhões (8% por cento);
- receitas de impostos de renda pessoa jurídica, que cresceram US\$ 12 bilhões (17%);
- receitas do Banco Central Americano, que subiram US\$ 8 bilhões (27%);

As despesas tiveram redução devido a diversos fatores:

- boa parte da redução se deve a pagamentos realizados pelos bancos imobiliários Fannie Mae e Freddie Mac ao Tesouro, US\$ 34 bilhões superiores aos valores pagos no período anterior; esses pagamentos são registrados “como despesas negativas”;
- despesa total para atividades militares do Departamento de Defesa caíram US\$ 20 bilhões (ou 8%);
- despesas para benefícios a desempregados foram reduzidas em US\$ 9 bilhões (28%);
- despesas pelo Departamento de Agricultura diminuíram US\$ 10 bilhões (ou 12%), principalmente por causa de redução de gastos com seguro de colheitas e para o Programa de Assistência Suplementar à Nutrição (anteriormente denominado “Food Stamp program”);
- gastos com o Departamento de Segurança Interna caíram em US\$ 9 bilhões (34%), principalmente por que as despesas com seguros para enchentes e alívio a desastres foram reduzidas;
- despesas com juros líquidos sobre a dívida pública diminuíram US\$ 3 bilhões (3%).

Vereadores da 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2014:

Presidente: José Américo
1º Vice-Presidente: Marta Costa
2º Vice-Presidente: George Hato
1º Secretário: Claudinho de Souza
2º Secretário: Conte Lopes
1º Suplente: Gilson Barreto
2º Suplente: Dalton Silvano

Abou Anni	Marco Aurélio Cunha
Adilson Amadeu	Mario Covas Neto
Alfredinho	Marquito
Andrea Matarazzo	Milton Leite
Ari Friedenbach	Nabil Bonduki
Arselino Tatto	Natalini
Atílio Francisco	Nelo Rodolfo
Aurelio Miguel	Noemi Nonato
Aurélio Nomura	Orlando Silva
Calvo	Ota
Coronel Camilo	Patrícia Bezerra
Coronel Telhada	Paulo Fiorilo
David Soares	Paulo Frange
Donato	Pr. Edemilson Chaves
Edir Sales	Reis
Eduardo Tuma	Ricardo Nunes
Eliseu Gabriel	Ricardo Young
Florian Pesaro	Roberto Tripoli
Goulart	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jean Madeira	Souza Santos
José Police Neto	Toninho Paiva
Juliana Cardoso	Toninho Vespoli
Laércio Benko	Vavá

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.